

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Por uma Pedagogia estruturada no Saber Conviver
Construindo Pontes para a Aprendizagem

**ORIENTAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DA
APRENDIZAGEM 2021 COMO *CONTINUUM***

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento se constitui como um conjunto de informações e orientações para a construção do de recuperação da aprendizagem dos estudantes que tiveram os objetos de conhecimentos comprometidos em virtude da suspensão das aulas presenciais por ocasião da COVID-19. O mesmo não tem a intenção de apresentar receitas prontas, mas de nortear as discussões junto às equipes pedagógicas das Unidades Escolares da Rede, de modo a considerar as especificidades de cada contexto e assim, pensar em possibilidades de garantir o direito de aprendizagem do que não foi possível alcançar no ano de 2020.

2. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A Secretaria Municipal de Educação iniciou o ano letivo de 2020, acolhendo com muita responsabilidade e compromisso, toda equipe gestora, pedagógica e administrativa das escolas. As instituições de ensino do município foram preparadas e receberam os estudantes com o objetivo de oferecer e garantir uma educação de qualidade. No entanto, em março do corrente ano o nosso país foi surpreendido pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença infectocontagiosa, perigosa, silenciosa, acompanhada de significativas taxas de letalidade que acometeu o mundo inteiro e fez com que mudanças nas rotinas de toda sociedade civil, organizada ou não, fossem adotadas, visando frear a disseminação do vírus, o que ocorreu também no âmbito da educação pública, com a suspensão das aulas presenciais pelo governo

de Pernambuco, através do decreto n°. 48.809 de 14 de março de 2020, em seu Art. 6º- A, a partir de 18 de março.

Desde então, com as escolas fechadas, a Secretaria de Educação, professores e demais profissionais da educação foram desafiados a conseguirem auxiliar estudantes e suas famílias no enfrentamento deste momento tão difícil e doloroso. Alguns professores da rede tomaram a iniciativa em manter contato com os alunos, através de redes sociais e/ou chamadas telefônicas, conseguindo assim, desenvolver orientações pedagógicas, além de fortalecer vínculos entre a família e a escola.

Apesar do Conselho Nacional de Educação-CNE vir a público elucidar aos sistemas e redes de ensino a autonomia sobre a reorganização das atividades escolares, inclusive dando plenos poderes sobre autorização das atividades a distância também no ensino fundamental, somente em 28 de abril, após diálogo com a UNDIME, ANPED e outras entidades de pesquisa e movimentos a favor da educação, foi aprovado o Parecer 05/2020 sobre reorganização do calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Com ele, as diretrizes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais, mediadas ou não pelas tecnologias da informação e comunicação.

A nível municipal, fundamentado no referido Parecer, o Conselho Municipal de Educação aprovou as diretrizes para realização de atividades pedagógicas não presenciais na educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos, bem como seu cômputo para fins de cumprimento da carga horária mínima anual.

A partir de então, a Secretaria Municipal de Educação deu início ao processo de reorganização pedagógica e curricular, organização do novo calendário escolar, construção de novos instrumentos para planejamento e acompanhamento dos estudantes. Tudo isso acompanhado por um intenso movimento de orientação e formação continuada com gestores, coordenadores pedagógicos e professores com vistas ao fortalecimento da participação de todos na única opção que se tinha, naquele momento, de garantir aos estudantes o direito de aprendizagem.

Apesar de todo esforço em busca da garantia do direito de aprender, é sabido que o processo ensino-aprendizagem, sobretudo na educação infantil e ensino fundamental, se dá de maneira

interacional. Tal compreensão, exige pensar, quando no retorno às aulas presenciais, criar espaços de recuperação das aprendizagens. Para isso, se faz necessário pensar em 2021 enquanto um continuum.

3. SOBRE O CONTÍNUUM 2020-2021

A educação dos estudantes é compromisso do poder público, conforme preconizado no Parecer 05/2020 CNE/CP de 24/04/2020 quando nos afirma que:

A principal finalidade do processo educativo é o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências previstas na BNCC e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino de educação básica [...] (BRASIL, 2020).

E como sabemos, tais direitos e objetivos de aprendizagem foram comprometidos pela Pandemia do COVID-19, o que levou os órgãos governamentais a tomarem providências legais criando leis que asseguram, da melhor forma possível, o atendimento aos estudantes matriculados o ano letivo de 2020. Obviamente, que se compreende que, diante das desigualdades sociais, agravadas nesse período pandêmico e de confinamento social, que engloba maior parte dos estudantes, foi inevitável que muitos deles, tenham ficados pra trás, mesmo diante de todo o esforço da rede de ensino, das escolas e das famílias na busca de evitar que as consequências fossem ainda maior.

Conforme o Parecer CNE/CP nº 11, de 07 de julho de 2020, parte das aprendizagens que deveriam ter sido garantidas aos estudantes não se houve oportunidade de desenvolvê-las, mesmo os estudantes que tiveram oportunidade de acompanhar às aulas. Nos que não puderam acompanhar as aulas, por motivos diversos, que se distanciaram das aprendizagens, o impacto é ainda maior. Isso nos leva a crer que o ano letivo 2020/2021 conviverá com inúmeros desafios, antigos, novos, bem como os que estão por vir.

Neste contexto, enfatizamos que a preocupação, frente a esses desafios, direciona a rede de ensino a pensar, discutir, planejar, conjecturar o *continuum* 2020/2021, como uma espécie de “ciclo emergencial” (Art. 23, “caput”, da Lei no. 9.394, de 1996), com vista a garantir de modo

contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior. O Parecer CNE/CP nº 11, de 07 de julho de 2020, assegura que:

A legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar, sem que a segmentação anual seja uma obrigatoriedade. Em caráter excepcional, é possível reordenar a trajetória escolar reunindo em “*continuum*” o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente. Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021 (BRASIL, 2020).

Dessa forma, aos sistemas e organizações educacionais é recomendado, através do Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, apresentação e desenvolvimento de planos que possibilitem a continuidade da implementação do calendário escolar contemplando-se o *continuum* 2020-2021, uma vez garantida retomada gradual das atividades presenciais, de acordo com as medidas estabelecidas pelos protocolos e autoridades locais.

Assim, para garantia e proteção dos referidos direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes escadenses, busca-se então, propor diretrizes e medidas que possam minimizar os impactos derivados da Pandemia, o que será possível através da garantia do processo de aprendizagem e a implementação do calendário escolar de 2020-2021.

Como este *continuum*, implica o retorno dos estudantes às atividades escolares presenciais, importa registrar que segundo o Parecer CNE/CP nº 11, de 07 de julho de 2020 que, “essas deverão estar repletas de cautelas e cuidados sanitários, mas também atentas aos aspectos pedagógicos” (BRASIL, 2020). Esse documento ainda considera a possibilidade da continuidade, numa perspectiva híbrida, das atividades não presenciais em conjunto com possíveis atividades presenciais, de forma a ampliar ou complementar a perspectiva de aprendizado e a corrigir ou mitigar as dificuldades de acesso à aprendizagem não presencial.

Nessa direção, pensar esse processo como um *continuum* 2020/2021, significa a oferta de sugestões e recomendações de cunho organizacional e pedagógico que podem ser desenvolvidos pelas escolas e ancoradas nas bases legais, que sempre foi o perfil dessa Secretaria.

4. A REORGANIZAÇÃO CURRICULAR – Considerações Necessárias

A proposta de Reorganização Curricular foi desenvolvida, a partir do Currículo de Pernambuco, numa tentativa de otimizar o tempo pedagógico do estudante, considerando o ano atípico, devido a Pandemia do novo corona vírus, bem como, a obrigatoriedade de cumprimento das 800 horas letivas.

No que concerne à educação infantil, não houve reorganização curricular, uma vez que não há como priorizar alguns Campos de Experiências e/ou Objetivos de Aprendizagens, pois ambos se inter-relacionam se complementando. Além do mais, conforme orientação do Conselho Nacional de Educação (CNE), no período da pandemia, a escola e a família devem juntas, encontrar caminhos de aproximação virtual, mantendo a tranquilidade em prol do desenvolvimento das crianças, sem se preocupar em dar conta do currículo.

Dessa forma, mesmo que, em junho 2020 tenha sido homologado pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) um conjunto de diretrizes recomendando que as escolas mantivessem um fluxo de atividades escolares não presenciais enquanto durasse a situação de emergência e buscassem alternativas para minimizar a necessidade de reposição presencial de dias letivos após a pandemia, no que se refere a educação infantil, a recomendação pautava-se nos eixos norteadores do currículo: as interações e brincadeira. Nesse sentido, se fortalece a ideia de que as escolas e redes de ensino deviam considerar que as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando prioritariamente.

TRANSIÇÃO

A transição tanto entre as turmas de creche e da pré-escola quanto da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental, deve ser sempre pensada com muito cuidado pelos professores e gestores de ambas as etapas, conforme orienta a BNCC (2017). Contudo, em 2020, com a paralisação das atividades educacionais presenciais em virtude da pandemia de Covid-19, esse trabalho se torna ainda mais delicado, pois entende-se que as crianças perderam o contato direto com os docentes, os colegas e com o ambiente escolar. Em muitos casos, a situação se torna ainda mais agravante, uma vez que a comunicação remota com as famílias não ocorriam ou se tornavam raras, com pouco ou nenhum retorno de quais atividades as crianças conseguiram realizar em casa, tornando-se difícil e/ou quase impossível diagnosticar como as crianças estão

se desenvolvendo. Desse modo a inquietação sobre como organizar a transição se torna evidente.

Para isso, é fundamental tomar como ponto de partida a Base Nacional Comum Curricular para se planejar a transição, pois ela orienta que deve haver uma continuidade entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Assim sendo, no que diz respeito à situação específica dos anos 2020 e 2021, a maior preocupação dos professores deve ser a de observar quais foram as conquistas de cada criança em relação ao que se pretendia no início do ano e quais pontos ainda precisam ser desenvolvidos.

Dessa forma, torna-se essencial as seguintes ações:

- ❖ Planejar o acolhimento e adaptação das crianças, propiciando um ambiente acolhedor, prazeroso e harmonioso.
- ❖ Manter um diálogo com as famílias para acompanhar como estão as crianças.
- ❖ Inserir no plano de ação, muito diálogo (escuta família/criança), observando como as crianças estão, com relação ao seu aprendizado e como se comportam.
- ❖ Realizar sínteses das aprendizagens de cada criança, observando suas dificuldades e aprendizados adquiridos, a partir da visitação dos relatórios e portfólios elaborados em 2020 e da escuta e observação ativa das crianças.
- ❖ Conversar com os educadores, do ano anterior buscando coletar subsídio para saber como o trabalho foi feito, analisar as produções, fotografias para entender o caminho percorrido e traçar novas metas.
- ❖ Manter o foco nas atividades lúdicas e diversificadas envolvendo as crianças em uma aprendizagem prazerosa.
- ❖ Mapear as turmas para saber como os alunos vivenciaram a quarentena. Quem conseguiu ter acesso à internet? Quem fez as atividades? Quais foram as perdas das famílias? Isso irá colaborar para o planejamento.
- ❖ Elaborar avaliação diagnóstica, verificando os avanços e buscando subsídios para a elaboração do planejamento.

No que tange a transição para o 1º ano do Ensino Fundamental, além de todas as orientações acima mencionadas, se faz necessário ainda os professores do 1º ano estarem abertos a mudar seu olhar e forma de planejar, compreendendo que, devido ao longo tempo longe de um acompanhamento educacional presencial e impossibilitados de realizar algumas atividades,

muitas crianças chegarão com menos ganhos de aprendizagem do que o esperado. Contudo, elas trazem outros ganhos que devem ser levados em consideração. É importante também:

- ❖ Definir as habilidades e conteúdos essenciais do currículo, enfatizando aquelas prioritárias.
- ❖ Considerar quais podem ser desenvolvidos com maior autonomia em aulas não presenciais.

Vale salientar também que, conforme o parecer do Conselho Nacional de Educação, a educação infantil está dispensada da obrigatoriedade da reposição de aulas, visando o cumprimento da carga horária mínima anual previstas.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, foi feito um estudo detalhado das habilidades, expectativas de aprendizagem, conteúdos e objetos de conhecimentos, referentes a cada ano de escolaridade. A partir desse estudo, foram elencadas as habilidades prioritárias do 1º ao 5º ano de Língua Portuguesa e de Matemática, considerando a estrutura apresentada no currículo de Pernambuco. As referidas habilidades foram analisadas pelo grau de prioridade, relevância e pertinência.

A sugestão é que seja dada ênfase aos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, que são considerados os fundamentais para o processo de implementação (1º e 2º ano) e sistematização (3º ao 5º ano) do processo de alfabetização. Para atender também as prioridades dos componentes curriculares de Arte, Educação Física, História, Geografia, Ciências e Ensino Religioso, é sugerido que seja adotada a perspectiva interdisciplinar, com objetos de conhecimentos que possibilitem o diálogo entre as habilidades dos componentes curriculares supracitados.

No ciclo de alfabetização, sugere-se priorizar um investimento em habilidades que fortaleçam os princípios alfabéticos para a apropriação do sistema de escrita, na perspectiva do letramento, de forma gradual, respeitando as habilidades básicas para cada ano. Já para os demais anos, a sugestão é priorizar as habilidades básicas que visem o aprofundamento do processo de alfabetização, o investimento em habilidades que visem a formação do leitor e do produtor de texto e da ortografização, sem perder de vista as habilidades e conteúdos específicos de cada ano.

Em relação a Matemática, é prioritário a construção do conceito de número a partir da compreensão do sistema de numeração decimal, o que prepara o estudante para sua imersão no campo das estruturas aditivas e multiplicativas a partir do trabalho contextualizado de resolução de situações problemas envolvendo as quatro operações.

Entendendo-se que a reorganização curricular, não se apresenta como um recorte do currículo da rede, por se tratar de um documento essencial na/para garantia dos direitos e objetos de aprendizagem dos estudantes nos anos finais do ensino fundamental, esta foi orientada, junto aos professores e coordenadores da rede municipal de Escada, através da vivência de um cronograma de formação continuada, contemplando-se todos os componentes curriculares e considerando-se os critérios preconizados no documento da Rede Estadual, os quais serão exposto abaixo, uma vez que o referido documento foi organizado em parceria com a UNDIME/PE, nosso representante legal.

Nessa direção, está presente na reorganização curricular foi contemplada todas unidades temáticas constantes do Currículo de Pernambuco, bem como priorização das habilidades, objetos de conhecimento/conteúdos considerados mais relevantes para a construção do conhecimento de que trata cada um dos componentes curriculares, tendo como referência o ano de ensino que o estudante está cursando.

Contemplou-se ainda, a progressão das aprendizagens numa abordagem espiralada (não linear) dos conceitos, tanto entre os bimestres quanto entre os Anos, pautando-se pela continuidade dessas aprendizagens no decorrer de todo processo de ensino ao longo dos anos de escolarização. Considerando-se as aprendizagens que precisam ser efetivadas no ano atual, bem como, as habilidades que têm no ano letivo vigente a sua única oportunidade de abordagem, possibilitamos aos estudantes o elo necessário para a compreensão do que está previsto para ser estudado no ano seguinte, ou seja no *continuum* 2020-2021. Observando-se a possibilidade de direcionamento, de forma extraordinária, para o ano letivo seguinte, considerando que possa ser incluído sem prejuízos para o estudante e para o planejamento a ser vivenciado. Ou mesmo, segundo recomendações do documento, que possam ser vivenciados em outros formatos, a saber: não presenciais, mas orientadas e acompanhados pelo professor no ano vigente.

Outro elemento importante que foi considerado fez referência a observação dos objetos de conhecimento/conteúdos relevantes para compreensão de situações do cotidiano e sua interferência na vida das pessoas e nas atividades econômicas e sociais, inclusive os que estão relacionados com a Pandemia.

Ressaltamos que no âmbito das escolas da rede municipal da Escada, a vivência da reorganização curricular já se constitui uma realidade, pois os professores, orientados pelos coordenadores lançam mão do documento em seus planejamentos quinzenais. Recomendou-se que a vivência dessa reorganização pudesse ser trabalhada buscando-se uma diversificação da organização do trabalho pedagógico, a exemplo de sequências didáticas, projetos didáticos, trabalhos de pesquisa, etc.

Na Educação de Jovens e Adultos, modalidade de ensino da Educação Básica, assegurada nos artigos 37 e 38 da LDB nº 9394/96, destinada a pessoas que tiveram o seu processo de formação escolar interrompido ou nunca iniciado, mesmo sem ter sido contemplada com a reorganização curricular ora em questão, buscou-se, através das orientações do Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, considerar as suas singularidades na elaboração de metodologias e práticas pedagógicas neste momento pandêmico.

Também, concomitante ao processo de reorganização curricular o Governo do Estado de Pernambuco apresentou a elaboração do Currículo de Pernambuco para Educação de Jovens e Adultos, e nesse processo os professores e coordenadores foram incentivados a participarem dando suas contribuições na consulta pública disponibilizada através de links da internet.

Neste momento de distanciamento social, o trabalho pedagógico na EJA continuou à luz dos Parâmetros Curriculares de PE para a modalidade e convém ressaltar que os coordenadores foram acionados e orientados, para junto aos professores analisarem as Expectativas de Aprendizagem contempladas neste documento e procedessem a uma categorização com critérios semelhantes a reorganização curricular dos anos finais e, que estas pudessem ser trabalhadas a partir de “pedagogia de projetos (RECIFE, 2020).

5. ORIENTAÇÕES PARA O PLANO DE RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES

O presente documento foi construído como complemento da proposta de retorno as aulas presenciais e consiste num conjunto de orientações que devem ser consideradas para assegurar a recuperação das aprendizagens dos estudantes com baixo rendimento escolar e com defasagem de aprendizagem acentuadas durante o período de suspensão de aulas presenciais. O mesmo tem como propósito, garantir que todos os estudantes do 2º ao 8º ano do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos, matriculados na rede, tenham acesso aos objetivos de aprendizagem previstos no currículo que não foram alcançados por ocasião da pandemia causada pelo coronavírus.

Buscando atingir tal propósito, o plano de recuperação deve ser construído considerando o contexto de cada unidade escolar e com foco no restabelecimento de uma equiparação da turma. Nesse sentido, deve conter o planejamento de Programas de Recuperação de estudos que contemplem:

- Material pedagógico específicos com estratégias pedagógicas diferenciadas para os alunos com baixo rendimento escolar e com defasagem de aprendizagens nas aulas remotas;
- Formação dos profissionais;
- Monitoramento.

Entre outras iniciativas, é importante que os programas implantados, busquem:

- Adotar procedimentos, estratégias e ação didático-pedagógicas focadas no desempenho dos alunos, acompanhando e identificando possíveis problemas no processo ensino-aprendizagem; tendo em vista o desenvolvimento de habilidades exigidas nas etapas seguintes da vida escolar;
- Estimular, elaborar e ofertar atividades que favoreçam o processo ensino aprendizagem, no sentido de gerar avanços na aquisição de novos conhecimentos com foco no planejamento dos professores e na orientação aos estudantes;

- Promover a recuperação contínua da aprendizagem, mediante o desenvolvimento de competências e habilidades com foco nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- Estruturar atividades significativas e diversificadas que atendam à pluralidade das demandas existentes em cada nível de ensino;
- Desenvolver formação continuada para os professores.

Qualquer que seja a proposta de ação implantada, haverá necessidade de se desenvolver as seguintes ações: (VER MODELO DE PROPOSTA DE AÇÃO EM ANEXO).

- ❖ Reorganizar o calendário escolar, visando garantir os objetivos de aprendizagem previstos nos currículos;
- ❖ Identificar e mapear por turma os estudantes que não participaram do período de aulas não presenciais;
- ❖ Promover a Avaliação Diagnóstica do nível de aprendizado dos estudantes, interpretar seus resultados e propor soluções pedagógicas efetivas aos estudantes, construídos de forma participativa.
- ❖ Mapear, por componente curricular, através do *Google Forms*, as habilidades prioritárias que não foram trabalhadas no ano anterior, com vista inseri-las no formulário dos critérios de Avaliação;
- ❖ Elencar as habilidades prioritárias para o plano de recuperação dos Estudantes;
- ❖ Fortalecer as competências socioemocionais: resiliência, a adaptabilidade, confiança e tolerância ao estresse e à frustração;
- ❖ Sustentar e aprofundar a articulação família-escola através de uma cultura de diálogo e parceria contínua;
- ❖ Acompanhar, monitorar e avaliar periodicamente, o desenvolvimento do plano de recuperação geral e por escola. No anexos, estão presentes instrumentos que podem contribuir para o processo de avaliação e monitoramento.

6. EDUCAÇÃO INCLUSIVA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O atual contexto vivenciado em virtude da Pandemia da COVID-19 nos levou a refletir e organizar nossas vidas e atividades a partir de uma “nova normalidade”, em meio ainda às muitas incertezas e inquietações. No âmbito da educação sabemos dos muitos e grandiosos

desafios trazidos pelo período pandêmico bem como com o isolamento/distanciamento social, o que trouxe ainda mais disparidades e agravos ao que já era uma triste realidade: as desigualdades vivenciadas por nossos estudantes.

No que concerne à Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva isso não foi diferente. É sabido que os desafios vividos já antes da pandemia pelos discentes com deficiência e/ou TEA, eram muitos, o que foi – em alguns casos – potencializados em virtude dessa nossa nova realidade: as tecnologias da informação e comunicação (TICs) não são acessíveis a todos; muitas famílias vivem angústias e incertezas relativas ao cenário financeiro/econômico ou ainda de assistência terapêutica e à saúde; muitos estudantes não conseguiram desenvolver todas as aprendizagens em virtude do isolamento e consequentemente da presença física daquele que mediava seu processo de aprendizagem, o professor de apoio, dentre outros.

Assim pelo exposto, se faz necessária a organização de informações e orientações acerca do trabalho a ser desenvolvido com os estudantes no ano letivo 2020/2021, o qual terá muito desafios, mas também a esperança do verbo esperar, tal qual a postulada por Paulo Freire (1992), onde “Esperar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir!”

Orientações para recuperação e consolidação das aprendizagens

As orientações sobre os aspectos pedagógicos a serem considerados quanto ao planejamento das atividades de recuperação do ano letivo 2020/2021 no que se refere aos estudantes com deficiência e/ou TEA, devem obedecer às mesmas dos demais estudantes, sendo acatadas algumas especificidades, as quais abordaremos a seguir.

O retorno às aulas presenciais dos estudantes com deficiência e/ou TEA ocorrerá mediante orientação e parecer médico, conforme especificidades do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 07/07/2020, levando-se em consideração as condições de saúde e integridade do estudante, além da existência ou não de comorbidade.

Recomenda-se ser utilizado no processo avaliativo dos estudantes com deficiência além das estratégias e instrumentos avaliativos – adaptados a partir das necessidades específicas de cada

discente – o Plano de Desenvolvimento Individual do aluno (PDI), o qual é elaborado em conjunto pelo professor regente, professor de apoio ao estudante com deficiência e sua família.

Após a vivência de longo período de isolamento/distanciamento social é importante pensarmos na criação de espaços e ambientes acolhedores haja vista a relevância de trabalharmos e fortalecermos a educação socioemocional dos nossos estudantes.

Pensar na acolhida aos nossos estudantes fará toda diferença em competências tais quais o otimismo, a confiança, perseverança, colaboração, autoconsciência, consciência social, habilidades de relacionamento e etc., o que impactará diretamente no desenvolvido das atividades posteriores diante da nova realidade que ainda requer além dos cuidados, muitas novidades, incertezas e adaptações. Seguem algumas sugestões que podem ser consideradas:

- ❖ Oportunizar acolhimento emocional, criação de laços e conexões (espaços de conversas e trocas entre os estudantes e a comunidade escolar);
- ❖ Estabelecer práticas para gerar senso de pertencimento;
- ❖ Promover momentos de reflexão sobre o vivido e a nova realidade da escola;
- ❖ Possibilitar espaços de trocas acerca das vivências experienciadas no período de isolamento;
- ❖ Sinalizar o ambiente escolar com frases/imagens motivadoras e afetuosas

Escada, 30 de novembro de 2020